

Orcamento: um confronto no Congresso.

Em um clima de confronto entre a oposição e o governo, o Congresso iniciou ontem a discussão do substitutivo do projeto de orçamento da União para 89, sem acordo com o governo. A expectativa é que a proposta seja votada até domingo. Logo na abertura da sessão, o líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), reclamou que o avulso do substitutivo não tinha as emendas e nem o parecer do relator da Comissão Mista de Orçamento, senador Almir Gabriel. O presidente do Congresso, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), justificou: como a comissão queimou todos os prazos na tramitação do projeto enviado pela União — e por estar tramitando em regime de urgência — o fato da não publicação dos anexos, emendas e do parecer era secundário.

Vários deputados e senadores se sucederam na tribuna, a maioria criticando a proposta de orçamento da União. O líder do governo se retirou e já se ensaiava um



Afif, Ulysses e Lula, discutindo o orçamento.

movimento pela obstrução para evitar a votação do substitutivo. O deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG) garantiu que "o governo vai ficar de quatro com a manobra que vamos fazer", referindo-se aos membros da Comissão Mista de Orçamento. Mas não quis revelar qual o expediente que seria adotado para conseguir votar matéria tão polêmica.

Desde o começo da tarde o deputado José Serra (PSDB-SP) percorreu o plenário em busca de apoio a um pedido de destaque que pretende apresentar, retirando da Ferrovia Norte-Sul os Cr\$ 19 bilhões que lhe foram dados no orçamento. O deputado estava otimista, apesar de ter sido derrotado em um plenário bem menor — a Comissão Mista de Orçamento. "É impossível acabar com a Norte-Sul no plenário", disse o deputado João Agripino (PMDB-PB), colega de Serra na comissão. Agripino acredita que as bancadas nordestina e nortista vão rejeitar o destaque.

que de Serra. A expectativa entre os técnicos da comissão é de que não existe possibilidade de o governo vetar o projeto de lei se ele for aprovado no Congresso, como é esperado, com as emendas apresentadas.

Segundo José Carlos Alves dos Santos, diretor da Subsecretaria de Orçamento do Senado, no caso da dívida dos Estados e municípios, o governo não pode vetar todo o capítulo do orçamento oficial das operações de crédito e também não tem condições de discriminá-las porque só consta na proposta o número total, 2,6 trilhões de cruzados. "Se o governo vetar tudo não vai poder fazer nada no ano que vem", observou.

Do orçamento oficial das operações de crédito é que sairão os recursos para compensar a receita da União com o pagamento da dívida dos Estados e municípios (550 bilhões de cruzados), de 178 bilhões de cruzados aprovados pela Comissão Mista do Orçamento.